

Classe e racismo na formação social brasileira

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir introdutoriamente a intrínseca relação entre classe e raça na formação do povo trabalhador brasileiro. Para isso, abordaremos aspectos concernentes à figura do negro como escravo e, posteriormente, como trabalhador assalariado. Destacaremos questões que consideramos fundamentais para o entendimento do conceito de classe, entendendo que para essa discussão, na especificidade brasileira, a análise do racismo torna-se imprescindível para não cometermos equívocos no estudo da sociedade de classes.

Palavras-chave: Trabalho. Classes sociais. Racismo.

Ricardo Lara

Universidade Federal de Santa
Catarina – UFSC – Florianópolis/SC –
Brasil
ricardolarauf@gmail.com

Jonaz Gil Barcelos

Universidade Federal de Santa
Catarina – UFSC – Florianópolis/SC –
Brasil
jonaz.hst@gmail.com

Para citar este artigo:

LARA, Ricardo; BARCELOS, Jonaz Gil. Classe e racismo na formação social brasileira. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 204-223, maio/ago. 2020.

DOI: 10.5965/1984723821462020204

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723821462020204>

Class and racism in the Brazilian social formation

Abstract

The purpose of this paper is to introduce discussion of the intrinsic relationship between race and class in the formation of the Brazilian proletariat. For this, we will approach aspects concerning the figure of the black as slave and, later, like free worker. We will highlight issues that we consider to the understanding of the concept of class, understanding that for this discussion, in the Brazilian specificity, the analysis of racial discrimination becomes essential in its development, so as not to make mistakes in the study of class society in Brazil.

Keywords: Work. Social class. Racism.

Introdução

Analisar as classes sociais no Brasil exige discussão sobre o racismo¹ e, por conseguinte, o regime escravocrata de exploração que durou mais de trezentos anos e deixou marcas indeléveis, forjando um preconceito racial tenazmente vigoroso em nossa sociedade. Utilizando-se tanto de argumentos de base religiosa, como a “maldição de Cam”² – que para muitos trazia na cor da pele negra a marca que justificava a escravização dos povos oriundos da África –, quanto de argumentos de cunho pseudocientífico – que afirmavam ser o negro um indivíduo biologicamente inferior –, os negros se viram relegados a uma posição de subalternidade, foram escravizados num primeiro momento e, posteriormente, sujeitos de discriminações em território nacional³.

O certo é que por razões econômicas, os povos originários da América e da África foram escravizados, fazendo dessas pessoas bens lucrativos e rentáveis para a acumulação originária de capital. Em algumas interpretações apressadas é corrente identificar a escravidão ao negro, o que temos nas Américas é uma situação específica de escravização que em princípio escravizou os povos autóctones e, por conseguinte, os povos africanos.

Portanto, neste artigo⁴ pretendemos apresentar de maneira introdutória a relação entre classe e raça na formação do povo trabalhador brasileiro. Para desenvolver a análise, destacaremos aspectos socioeconômicos que consideramos basilares para o

¹ Concordamos com as análises de Clóvis Moura (2019, p. 4-5) de que: “Ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente. O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de ‘raças eleitas’. Ordenado o colonialismo através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham as multidões de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças.”

² Para melhor esclarecimento, ver: PÉTRÉ-GRENOUILLEAU (2009).

³ Para um debate aprofundado, ver: MOURA (2014).

⁴ Artigo resultado do projeto de pesquisa e extensão *Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira: especificidades do trabalho*, do Núcleo de Estudos e Pesquisas: trabalho, questão social e América Latina (NEPTQSAL/DSS/UFSC).

entendimento da especificidade brasileira, em especial no que se refere aos estudos sobre a classe trabalhadora.

Trabalho e escravidão

A escravidão não nasceu do racismo, pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão, pois o trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo. O primeiro caso de tráfico de escravos que se desenvolveu no Novo Mundo, em termos raciais, foi de índios e não de negros africanos. Primeiramente, os indígenas sucumbiram às condições de trabalho, cativo e doenças, o que resultou na posterior escravização do africano. Mesmo antes da escravização dos negros africanos, tentou-se substituir o índio pelo branco pobre. Destaca-se também que o estoque indígena de força de trabalho era limitado pela empreitada econômica levada a cabo pelas potências marítimas europeias, sendo que o contingente de africanos era inesgotável. Os negros foram capturados e traficados da África para trabalhar nas terras roubadas aos índios na América. As viagens do Infante Dom Henrique, o navegador, complementaram as de Cristóvão Colombo, portanto, a história da África Ocidental completou a das Índias Ocidentais⁵ (WILLIAMS, 2012).

As grandes navegações, a “colonização”/invasão do Novo Mundo que geraram o colonialismo não criaram apenas a escravidão, mas, em especial, o *complexo colonial*⁶ que

⁵ De acordo com Alencastro (2000, p. 09): “Nossa história colonial não se confunde com a continuidade de nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa”. Para o autor sua compreensão é diferente: “[...] a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII [...] essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo.”

⁶ Tomamos como recursos metodológicos as indicações lukacsianas que partem do pressuposto de que a história e a práxis social, enquanto processos sociais, só são compreensíveis como complexos de complexos, ou seja, para “toda questão ontológica, a gênese deve constituir o ponto de partida” (LUKÁCS, 2013, p. 539). Na investigação dos fenômenos histórico-sociais (no caso: a colonização, o trabalho cativo, o tráfico negreiro, a escravização, a imigração e o racismo), devemos “considerar a sociedade, desde o princípio, como um complexo composto por complexos. O problema decisivo está em como são constituídos estes complexos e como podemos chegar à essência real da sua natureza e da sua função” (LUKÁCS, 2013, p. 539). Os complexos se inter-relacionam e, simultaneamente, garantem a lógica de cada complexo particular em sua coexistência dialética na vida real. A partir da compreensão dos complexos de complexos, temos a possibilidade de fugir do economicismo, das filosofias da história de caráter idealista,

se consolidou com a escravidão africana. O tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se poderoso fator da acumulação originária, o que gerou vultosos excedentes por meio da comercialização do escravo e viabilizou a reprodução do estoque de cativos nas colônias (KOWARICK, 2019, p. 28).

O tráfico de escravos foi um ramo do comércio de extrema importância para consolidação de algumas das principais cidades europeias e, por conseguinte, para a materialização do sistema colonial nas Américas. Williams descreve atentamente esse processo:

A história do crescimento do tráfico escravo é basicamente a história do desenvolvimento de Liverpool. O primeiro navio negreiro da cidade, uma modesta embarcação de trinta toneladas zarpou para África em 1709. Era o primeiro passo numa rota que, no final do século, valeria a Liverpool a distinção de ser o maior porto negreiro do Velho Mundo [...]. Em 1730, ela tinha quinze navios no tráfico de escravos; em 1771, o séptuplo disso. A proporção de navios negreiros no movimento total do porto ficava ligeiramente acima de 1% em 1709; em 1730, era de 9%; em 1763, de 25%; em 1771, correspondiam a um terço da frota total. Em 1795, Liverpool respondia por cinco oitavos do comércio escravo britânico e por três sétimos de todo o comércio escravo europeu. (WILLIAMS, 2012, p. 68)

Na Europa, a acumulação originária se fazia pela expropriação que retirava a terra dos camponeses e os instrumentos de trabalho dos artesões, transformando o trabalho em força de trabalho – mercadoria –, enquanto na colônia é o escravo que passa a impulsionar o processo produtivo. De acordo com Kowarick (2019, p. 29), o escravismo nas Américas é expressão colonial do capitalismo europeu em expansão. A modalidade de exploração do trabalho engendrada ao processo de acumulação originária, nesse caso, o trabalho cativo, torna-se essencial para alavancar e consolidar o capitalismo europeu.

O tráfico negreiro e o *modo de produção escravista colonial* (GORENDER, 2016) aqui imposto se tornaram, em pouco tempo, uma grande empreitada para os comerciantes internos de escravos e para os detentores de terras que se dedicavam ao processo de produção nas colônias. Isso fez com que no Brasil, por exemplo, a presença dos negros nas fazendas, cidades e casas fosse uma constante, já que inúmeras tarefas e atividades produtivas foram delegadas a eles como algo “natural” a ser feito. Assim, a naturalização

da interpretação dos conceitos fechados em si mesmos e das análises sobre a vida social de modo fragmentado e pragmático, que sempre buscam o fator determinante sem estabelecer conexões histórico-causais-casuais com a realidade (LARA, 2017, p. 89-90).

das desigualdades entre sujeitos brancos – que mandam – e sujeitos negros – que obedecem e trabalham – foi se enraizando e se espraiando de tal forma que a imagem do negro associada ao trabalho se tornou tão forte que, mesmo quando um branco pobre se via compelido a trabalhar, a impressão que se tinha era a de que ele havia se rebaixado em sua condição de ser humano. Isso, pelo menos, até meados do século XIX, quando ainda não havia ocorrido o interdito do tráfico dos africanos escravizados.

As relações de produção constituídas no *modo de produção escravista colonial* traziam consigo a ideia de que para ser senhor era necessário ser proprietário de escravos, já que era função destes trabalhar para aqueles. Daí um dos contrapontos que existia entre ser cativo e ser livre naquela época. Algo que era tão forte e marcante que até mesmo ex-escravos libertos poderiam se tornar – como de fato se tornavam – proprietários de escravos. Pois, naquela sociedade, ser livre era ser livre até das amarras do trabalho⁷.

Posterior a 1850, com a cessação formal do comércio negreiro no Atlântico Sul, a dinâmica e o quadro social começam a se alterar, o que implica numa mudança no trato com os trabalhadores escravizados, que passam a ser mais valorizados no mercado interno como e enquanto mercadorias, e na conduta de seus senhores com relação a sua exploração. Isso porque, cessada a vinda de novas forças de trabalho do continente africano, a sua reposição passou a ser uma função que deveria ocorrer internamente, seja pela dinâmica do mercado interno ou pela adoção de práticas que favorecessem a reprodução social dos cativos. Em meio a essa dinâmica, a imagem que se tinha do trabalho – enquanto atividade braçal de caráter depreciativo – passa a sofrer uma espécie de reconfiguração, deixando para trás a sua negatividade para assumir então uma posição de positividade, ainda que aparente e parcial. Daí a importância de se elaborar uma visão do trabalho como sendo algo dignificante e de grande estima para a formação do indivíduo, numa tentativa de se superar aquele estigma de ser algo vinculado ao sujeito que se encontrava escravizado. Isso porque, com as mudanças que ocorreram mediante a supressão do comércio externo de escravos, a entrada de imigrantes

⁷ É importante ressaltar que a construção de uma ética do trabalho que buscasse suplantiar o caráter depreciativo das atividades manuais se deu com maior intensidade após a abolição da escravatura, quando o fluxo de emprego da força de trabalho na produção passou a ser mediado pelas relações contratuais de assalariamento. Para um melhor entendimento, ver: CHALHOUB (2012).

oriundos dos países europeus e asiáticos passou a ser alternativa para o remanejamento e para a reposição da força de trabalho empregada, tanto no campo quanto na cidade. E sendo uma força de trabalho branca, de traços étnicos e culturais semelhantes aos dos colonizadores/proprietários dos meios de produção, a imagem que se busca construir social e idealmente. O que levou à necessidade de se restabelecer uma discussão em torno do caráter da escravidão, dos impactos da miscigenação e da construção de uma suposta “democracia racial”.

Joaquim Nabuco (2000, p. 156), no ano de 1883, enquanto representante do movimento abolicionista, argumenta em favor da nova concepção de trabalho que se pretende para a nação brasileira: “Não há dúvidas de que o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente, mais útil a terra, benéfico ao distrito onde ele será encravado, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país, e elevar o nível de todo o povo.” Como também idealiza o imigrante que irá substituir o escravo: “O trabalho livre, dissipando os últimos vestígios da escravidão, abrirá o nosso país à imigração europeia.” (NABUCO, 2000, p. 160).

Neste quesito, a importação das instituições e dos valores morais concernentes ao mundo ocidental, ou melhor, pertencentes aos países capitalistas hegemônicos e imperialistas, é um dos elementos desse momento histórico em que começa a se constituir um Estado nacional. Todavia, partindo de uma ordem social baseada na espoliação e na exploração de nativos e de africanos escravizados, a ideia de que no Brasil se forjavam relações democráticas entre os seus habitantes tornava-se insustentável. Ainda mais quando se tem um processo de independência nacional em que as estruturas e as relações sociais herdadas do período colonial permaneceram praticamente intactas, cobrindo um período que vai pelo menos desde 1822 até 1888, principalmente, no que diz respeito à manutenção e reprodução das formas de exploração do trabalho⁸. A própria configuração da população nacional com a inserção de negros oriundos dos países do

⁸ Sobre as permanências no período que se abre com a emancipação política do Brasil, diria Florestan Fernandes: “O regime capitalista lança, aqui, suas raízes no passado colonial, na produção escravista e no apogeu que esta alcançou *depois da Independência*. A escravidão atingiu o seu ponto alto, como fator de acumulação interna de capital, não antes, mas depois que se constituiu um Estado nacional. Isso pode parecer um paradoxo. Mas não é. As estruturas coloniais de organização da economia, da sociedade e do poder só conheceram sua plenitude quando os senhores de escravo organizaram sua própria forma de hegemonia. O trabalho escravo passou a gerar um excedente econômico que não ia mais para fora na mesma proporção que anteriormente e sobre ele se alicerçou a primeira expansão do capital comercial dentro do país.” (FERNANDES, 2017, p. 37-38).

continente africano não ocorreu de livre e espontânea vontade, assim como, a sua permanência e reprodução social não se deram sem violência, exploração, opressão e traumas de todos os tipos para essa parte significativa da sociedade.

É importante assinalar que também houve resistência por parte do negro escravizado, que por meio de sua rebeldia colocou-se como um sujeito na luta, seja através das fugas, das formações de quilombos, dos assassinatos, dos suicídios, dos infanticídios, e de tantas outras formas de insubordinação que tanto traziam prejuízos aos seus proprietários quanto alentavam os negros em sua busca pela libertação.

No Brasil, as instituições que se formaram como “cópia” de uma república democrática – o que de fato não existia nem na Europa e tampouco na América Latina – se apresentavam mais como uma espécie de embuste do que como algo real e efetivamente existente no país. Até porque a prática do arbítrio, da exploração extremada e da violação sistemática da dignidade humana eram uma constante no mundo das classes dominantes, o que invalidava *a priori* os próprios ideais inerentes ao modelo clássico da revolução burguesa que se almejava transplantar e/ou recriar por aqui. Daí a impossibilidade de se constituir um Estado em que conseguisse incluir o negro como sujeito portador de direitos, fazendo dele cidadão inserido nos trâmites legais e institucionais pertencentes à sociedade civil. Assim, o negro passa a participar das incipientes relações de classes em descompasso com as já seculares relações raciais. Ou seja, para que a sua inserção no mercado de trabalho assalariado ocorresse de forma regular, seria necessário que houvesse, antes de tudo, a supressão das discriminações e opressões sócio-raciais das quais ele é vítima permanente.

Darcy Ribeiro apresenta singular e preciso diagnóstico dessa herança escravista:

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. Essa visão deformada é assimilada também pelos mulatos e

até pelos negros que conseguem ascender socialmente, os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro-massa. (RIBEIRO, 2015, p. 167)

Como o processo de *descravização* no Brasil não fora até o fim e até o fundo⁹ – possibilitando assim a reciclagem das relações de espoliação e de exploração que se fundaram na apropriação da pessoa e do produto de seu trabalho –, as classes dominantes que aqui se forjaram lograram manter o caráter desumano no seu trato com as classes subalternas, fazendo do Estado um instrumento privilegiado para a manutenção de suas prerrogativas e para a reprodução ampliada de suas riquezas.

O prestígio social, político, econômico e cultural que as classes dominantes alcançam internamente na constituição da sociedade civil brasileira são diametralmente opostos ao desprestígio, vilipêndio e aviltamento aos quais estão submetidos a maioria dos indivíduos que integram as classes trabalhadoras. Como diria Octavio Ianni:

À medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio dos seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes reagiam negativamente às reivindicações populares. Na lei e no debate parlamentar sempre se distinguiu revolução, feita por gente igual, e rebeldia, sedição e insurreição, feitas por gente menor socialmente ou por escravos. Daí a brutalidade da repressão. (IANNI, 1984, p. 13)

Assim, vão se moldando as práticas coercitivas e repressivas de cima para baixo, visando perpetuar as desigualdades sociais e raciais. Tanto que no processo de assalariamento da força de trabalho, pós-abolição, a inserção do negro no mercado formal de trabalho foi seriamente dificultada pelos mecanismos excludentes que já operavam por intermédio da discriminação racial. Afinal, como explicar num contexto de expansão da produção rural a exclusão da força de trabalho negra, ou melhor, a sua substituição pelos imigrantes de origem europeia, quando eram eles, os negros, que exerciam essas atividades de forma secular e, portanto, já traziam consigo um vasto

⁹ Para um melhor entendimento sobre o problema da descolonização, ver: FERNANDES (1981), em especial o texto “Reflexões sobre as ‘Revoluções Interrompidas’ (uma rota de perspectiva)”.

acúmulo de conhecimentos e de práticas laborais. Ou então, como explicar o fato de que nas cidades os negros raramente eram aceitos nas fábricas e manufaturas, quando a industrialização ainda era incipiente e o processo de trabalho apresentava uma baixa complexidade laboral, possibilitando, inclusive, o emprego de crianças na produção, senão pela existência de práticas segregacionistas que colocavam o negro no patamar mais baixo da escala social, fazendo deles uma força de trabalho *reserva da reserva*, pois a ordem de preferência dos empregadores pós-abolição era: primeiro os imigrantes, segundo os nacionais brancos e, por fim, o negro.

O racismo apresenta importante chave analítica para entender o mercado de trabalho no Brasil. Os capitalistas agrários e industriais criaram o exército de reserva à custa da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros uma *reserva da reserva*. “Classificar as pessoas segundo cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados.” (GORENDER, 2016, p. 223).

Além dos determinantes econômicos, há outros elementos do espectro cultural que também se vinculam a essa realidade segregacionista e que merecem ser destacados. A ideia, por exemplo, de se construir a imagem de uma nação, pós-abolição, passa-se por criar uma narrativa histórica em que os negros são apresentados como indivíduos passíveis e indolentes, e, portanto, responsáveis pela sua própria condição de pobreza e de exclusão do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se pretende fazer acreditar que a escravidão brasileira não fora tão cruel para com os negros, uma vez que a índole cristã e o processo de miscigenação teriam contribuído para a confecção de uma realidade social “mais democrática”. Todavia, o que se tem em termos de realidade é justamente o contrário. A própria submissão do negro, que foi retirado de seu território, traficado e escravizado compulsoriamente num ambiente que lhe era hostil, já denota um ato de violência brutal contra a sua pessoa. Ademais, passados séculos de escravidão, a imagem que se projetou do negro como um indivíduo pertencente a uma raça inferior e de compor um segmento social de gente degenerada fora tão forte e tão marcante que até hoje ela segue pululando no ideário reacionário e preconceituoso das classes dominantes. De acordo com Moura:

Após o 13 de Maio, outros mecanismos de bargem e hierarquização étnica foram acionados e dinamizados [...]. Isto levou a que o cidadão negro – o ex-escravo – não encontrasse oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita de tal forma que sua personalidade, sem conseguir criar mecanismos de defesa contra tal situação, se deformou pela ansiedade cotidiana que dele se apoderou desde quando saiu da casa e especialmente quando reivindicou cargos ou funções que a ele, por práticas sub-reptícias e não mais visíveis, não foram permitidos socialmente. Com o princípio de que todos são iguais perante a Lei, os mecanismos de bargem étnica se refinaram, sofisticaram-se e ficaram invisíveis, tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais. (MOURA, 2014, p. 210-211)

Lúcio Kowarick, ao analisar as consequências da abolição para o ex-escravo na produção cafeeira, afirma que a partir de 1888 estruturou-se uma nova inserção regional de trabalhadores no plantio e cultivo do café no sudeste do país. Os imigrantes dirigiram-se para as principais regiões produtoras e aos ex-escravos restavam as regiões mais decadentes economicamente.

Ao elemento negro restou a zonas mais decadentes de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sem dúvida, “os homens de cor”, depois de 1888, permaneceram nos estratos mais baixos da aguda pirâmide social brasileira. Muitos voltaram para as fazendas onde, antes de 1888, trabalhavam na condição de escravos, locais onde ainda imperava a dureza do trabalho nas lavouras, mesmo que sem os horrores inerentes ao cativeiro. (KOWARICK, 2019, p. 140)

O mito da “democracia racial”, que tenta encobrir a história de como se formaram e se consolidaram as práticas e as ideias que deram sustentação ao racismo, não consegue esconder a realidade de um país que tem no patrimonialismo, no mandonismo, na intolerância e na desigualdade social elementos concretos que se evidenciam no cotidiano da classe trabalhadora e da população periférica, sobretudo do povo negro¹⁰. Assim, num país em que a *coisa pública* se confunde com os interesses privados de quem

¹⁰ De acordo com Ribeiro (2015, p. 166), o Brasil, “no seu fazimento, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo o que se produziu aqui e de tudo que aqui se edificou. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno. Sua abolição, a mais tardia da história, foi a causa principal da queda do Império e da proclamação da República. Mas as classes dominantes reestruturaram eficazmente seu sistema de recrutamento da força de trabalho, substituindo a mão-de-obra escrava por imigrantes importados da Europa, cuja população se tornara excedente e exportável a baixo preço.”

detém o poder econômico, social e político; num país no qual o conceito de cidadania que se aplica não é efetivo para todos; num país em que o sentimento de pertencimento a uma nação não consegue se equiparar à promoção de condições e oportunidades iguais para todos; num país em que os índices de criminalidade, violência e mortalidade apontam para uma avassaladora disparidade social e racial; não há como acreditar que o Brasil conseguiu suplantar o seu legado colonial e escravista eliminando o racismo que se apresenta de forma estrutural em nossa nação¹¹. Como afirma Lilia Schwarcz, “essas são histórias ‘persistentes’, que não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação” (SCHWARCZ, 2019, p. 32).

O racismo na formação da classe trabalhadora

Considerando o processo de composição histórica do racismo exposto acima, passaremos a tratar de como os trabalhadores foram se constituindo como polo dinâmico das lutas de classes dentro de um contexto em que as especificidades histórico-culturais têm peso fundamental, tanto no que diz respeito a sua conformação política quanto a sua movimentação como e enquanto classe social.

Entretanto, é preciso destacar que a relevância de alguns aspectos inerentes às diferenças étnico-raciais, de nacionalidades e de inserção na organização socioeconômica entre os trabalhadores são fundamentais para abordagens e interpretações de suas realidades, quando não se quer tratar das classes sociais em termos meramente abstratos. Por isso, torna-se impossível tratarmos da conformação dos trabalhadores como sujeitos pertencentes a uma classe sem mencionar as clivagens que existem e são constantemente fomentadas em seu seio, seja como forma de fragmentação ou como recurso para a desorientação política dos mesmos. Exemplo disso é o histórico racismo que persiste no conjunto daqueles que precisam vender a sua força de trabalho para sobreviver no Brasil¹².

¹¹ Para melhores esclarecimentos, ver: SCHWARCZ (2019).

¹² Um estudo interessante que aponta para a existência de diferenças e de conflitos entre os trabalhadores, no momento em que se consolidava o regime de trabalho livre assalariado no Brasil, pode ser encontrado na obra supracitada de Sidney Chalhoub (2012).

É evidente que tais fissuras na classe trabalhadora não a impedem de se apresentar em cena quando movida pelos seus anseios e interesses. O que significa dizer que mesmo que haja diferenças, divergências e conflitos entre os seus segmentos e grupos sociais, os trabalhadores em seu conjunto formam uma coletividade, que amparada em suas necessidades e comprimida pelas condições em que se encontram, tendem a se mobilizar e atuar de forma organizada. Isso porque a fragmentação da classe em indivíduos é tão real quanto o compartilhamento de situações e experiências entre eles, o que faz com que cada um se reconheça no outro, seja como um trabalhador explorado ou como um sujeito submetido a determinadas formas de opressão.

A forma como os indivíduos se inserem no mercado de trabalho e, portanto, na estrutura organizacional da produção faz com que vivenciem e compartilhem situações que lhes são comuns, na condição de vendedores da força de trabalho a ser comprada por uma classe que ocupa uma posição antagônica na sociedade. Assim, objetivamente falando, os trabalhadores formam uma classe social. A maneira como eles vão apreender, sistematizar e interpretar essas *experiências*, isto é, a maneira como será processada e compartilhada entre eles, no campo das ideias, já é uma questão essencialmente subjetiva. Por isso, o fato de indivíduos vivenciarem a exploração ou de sentirem na pele a opressão não faz deles – por si só – uma classe social, no sentido de ser um sujeito coletivo portador de projeto que visa promover alterações em suas condições materiais e espirituais. É necessário mais do que isso para que a classe se faça como classe.

Thompson chama a atenção para esse fenômeno ao afirmar o seguinte:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não

ocorre com a consciência de classe. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2011, p. 09-10)

Nesse sentido, a concepção marxista¹³ sobre o processo de constituição da classe enquanto tal é extremamente válida para o entendimento da fluidez do pensamento e do movimento objetivo da realidade, que operam ao mesmo tempo, mas nem sempre na mesma sintonia. Isso quer dizer que a consciência de classe necessária e sua atuação política contra as classes dominantes são *constructo social*, e não mero epifenômeno de suas condições objetivas enquanto indivíduos subjugados e explorados pelo capital. Daí a demanda pela compreensão histórica da nossa formação social, que traz consigo um legado de autoritarismo e de brutalidade nas suas formas de dominação estamental e de classe. Realidade que condicionou de maneira correlata uma formação truncada da classe trabalhadora, que teve desde muito cedo de lidar com a existência de um tratamento desigual – entre brancos e negros – que se consolidou por meio da escravidão.

No Brasil, a ordem escravocrata contaminou as relações de trabalho desde os primórdios da colonização, produzindo uma situação histórica que atravessou séculos. Mesmo após a abolição, os livres e pobres (sempre recaindo o maior fardo aos negros) eram encarados pelos senhores como segmentos que poderiam ser tratados de forma semelhante às relações da época da escravidão. Os parâmetros que os senhores tinham das relações de trabalho eram pautados na escravidão, enquanto os marginalizados – livres e libertos – tendiam a negar o trabalho e suas relações disciplinares, pois o trabalho

¹³ Entendendo a concepção de Marx sobre classe como algo essencialmente dinâmico e relacional, vale destacar algumas citações sobre o assunto: “[...] os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63); “Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas, na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma.” (MARX, 2011, p. 142-143); “As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.” (MARX, 2017, 145).

tinha sua herança cativa. O trabalho manual, herdeiro dessa ordem escravocrata, passa a ser considerado como atividade de escravo e, portanto, aviltante e repugnante. Kowarick argumenta que não poderia ser diferente numa ordem social em que o elemento vivo que levava adiante as tarefas produtivas era tratado como coisa, desprovido de vontade, que não tinha escolha de onde morar ou quando e quanto deveria trabalhar, e que, brutalizado por toda sorte de violências, o mais das vezes morria no cativo (KOWARICK, 2019, p. 51-53).

Após a abolição formal da escravidão, o negro, condicionado culturalmente e historicamente a poupar sua força de trabalho para não ser levado à morte pelo chicote do capataz, contrastava vivamente como força de trabalho com o colono vindo da Europa, este já adaptado ao regime salarial e predisposto a esforçar-se ao máximo para conquistar, ele próprio, um palmo de terra em que pudesse prosperar, livre da exploração dos fazendeiros (RIBEIRO, 2015, p. 167).

Na pesquisa desenvolvida por Kowarick (2019, p. 142) sobre a origem do trabalho livre no Brasil, as ocupações que restaram aos ex-escravos na cidade eram de: lavar casas, carregar lenha e outras cargas, puxar carrocinhas, engraxar sapatos, limpar quintais e automóveis. Às mulheres negras, concentravam-se os empregos domésticos com jornadas de trabalho quase integrais. Aos imigrantes que aqui aportaram com o sonho de *fare l' América* e que não tiveram condições de comprar um lote de terra a fim de tentar um processo de ascensão social, restaram as fábricas de São Paulo com suas jornadas de trabalho extenuantes e sob o jugo do burguês que carrega em sua formação social a herança da ideologia escravocrata. Em 1907, nas fábricas de tecidos de São Paulo, os teares e máquinas quase nunca paravam. Os homens trabalhavam 16 horas por dia, as mulheres 14 horas. As crianças de ambos os sexos, de 8 a 12 anos, trabalhavam das 5 da tarde às 6 da manhã. Os regulamentos fabris que regulavam as relações entre o capital e o trabalho eram frequentemente alterados a partir do desígnio e arbítrio dos proprietários (KOWARICK, 2019, p. 148).

A classe trabalhadora no Brasil foi formada por um conjunto de determinações que congregam a colonização, o trabalho cativo, o tráfico negreiro, a escravização e a imigração. Esses *complexos de complexos* se inter-relacionam e compõem o racismo como resultado da formação socioeconômica e cultural brasileira, que tem na ordem senhorial

a principal herança ideológica da classe dominante nacional e as causas das consequentes manifestações de racismo e preconceitos sociais.

A herança de mais de três séculos de trabalho escravo no Brasil gerou uma sociedade com intensas e explosivas contradições históricas. Gorender (2016, p. 221) afirma com precisão que o “racismo antinegro” no Brasil tem suas raízes fincadas na exploração dos escravos na era colonial. Para ele, o racismo é um marco histórico que domina o Brasil. Fernandes (2008, p. 369) também considera que a revolução burguesa no Brasil não apresentou as rupturas necessárias com a velha ordem escravista, pois a antiga classe dominante sobreviveu com sua ideologia aristocrática de senhorio rural. O empresário industrial também absorveu essa ideologia, mesmo quando nascido em família de origem imigrante. O racismo é um dos valores do passado escravista e colonial que se conserva no país. No Brasil, a relação conflituosa entre capital e trabalho, a “questão social”, é alimentada pela herança colonial e escravista, o que gera a classificação e o preconceito racial. A raiz da “questão social”, sem dúvida, está no capitalismo, mas, como bem alerta Gorender (2016, p. 223), a discriminação racista impõe ao segmento negro o fardo mais pesado. A classificação racial não é um epifenômeno, é um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo brasileiro que precisa ser denunciado e combatido de maneira específica (LARA; MARANHÃO, 2019, p. 50-51).

Portanto, as especificidades da formação do proletariado brasileiro, o que inclui o racismo que se faz perene, é um objeto que precisa ser estudado e debatido constantemente. Até porque, no processo de construção de identidades próprias, seja através do movimento operário, popular ou negro, os elementos objetivos que incidirão sobre a elaboração de seus pensamentos serão praticamente comuns a todos eles, tendo em vista a sua condição histórico-social como classe. A absorção e decodificação dessa realidade, mediante suas experiências de lutas históricas, poderão apresentar significativas diferenças. O que, bem entendido, poderá resultar tanto numa dramática fratura, quanto num importante processo de enriquecimento político-cultural da classe.

Considerações finais

Para se discutir a questão racial no Brasil é necessário recuperarmos o processo histórico de inserção do negro como força de trabalho cativa e explorada, bem como a sua discriminação como pessoa humana, num primeiro momento, e como cidadão no período que se inaugura com a abolição. Tanto que, ao se forjar as relações de produção especificamente capitalistas no território nacional, o negro se viu de imediato excluído dos espaços típicos das esferas de produção e de circulação inerentes ao processo de acumulação de capital. O que, por consequência política, fez dele um sujeito preterido pelo Estado justamente no momento em que este começava a tratar institucionalmente das relações entre capital e trabalho a partir da Primeira República.

Mesmo que o tratamento despendido para com a força de trabalho negra não tenha sido fundamentalmente igual ao procedido com a força de trabalho branca nas relações de mercado e institucionais, é certo que ambas eram exploradas pelo capital. Assim, a submissão dos trabalhadores em seu conjunto à lógica de acumulação do capital fez deles membros de uma mesma classe, a despeito do fato de que a opressão da qual são vítimas seja sensivelmente distinta. Entretanto, ao nos debruçarmos sobre as condições de vida e de trabalho do proletariado brasileiro, pelo menos no que se refere à formação social capitalista em seu início, não é possível que deixemos de lado as especificidades que estão relacionadas ao papel do negro neste cenário histórico.

Contextualizar, ainda que minimamente, o racismo que se inicia no período colonial e se metamorfoseia por dentro do capitalismo é algo extremamente importante, porque possibilita a desmistificação da realidade ao passo que aponta para a necessidade de se conceber essa questão como elemento intrínseco às formas de exploração de classe que aqui se consolidaram. Pois, se de fato não houve nenhuma espécie de “democracia racial”¹⁴ no Brasil, tampouco houve um entendimento por parte das classes dominantes de que o negro não fosse um trabalhador, ainda que a depreciação de sua

¹⁴ “As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais. Florestan Fernandes assinala que ‘enquanto não alcançarmos esse objetivo, não teremos uma democracia racial e tampouco uma democracia. Por um paradoxo da história, o negro converteu-se, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos esse suporte da civilização moderna’”. (FERNANDES, 2008 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 177).

força de trabalho fizesse parte da ideologia dominante. Com isso, é preciso ter ciência de que, toda e qualquer formulação político-estratégica oriunda da classe trabalhadora, seja para orientar a sua ação visando minorar a sua situação de exploração, ou para impulsionar uma atuação subversiva ou revolucionária, a especificidade do negro como força de trabalho subalternizada e depreciada pelo capital é uma realidade visível e persistente no Brasil.

Por fim, cabe enfatizar que numa sociedade dividida por classes, cujos interesses são antagônicos, a luta pela superação do racismo passa pela supressão das classes e das relações que lhes dão sustentação. É necessário que haja uma *fusão de raça e classe* na construção de projetos societários alternativos à ordem do capital¹⁵. O que não significa dizer que o racismo irá desaparecer tão logo seja realizada uma transformação social, e sim que: nenhuma luta que almeja promover mudanças substanciais nas relações sociais possa prescindir dessa complexa junção. A luta contra a ordem do capital tem múltiplas funções: eliminar a exploração, a opressão e o preconceito de classe, gênero, raça e sexo.

¹⁵ Para melhor aprofundamento desse debate, ver: FERNANDES (2017).

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LARA, Ricardo. **História e práxis social: introdução aos complexos categoriais do ser social**. Bauru: Canal 6, 2017. (Projeto Editorial Práxis).
- LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social. In: SOUZA, Edvânia. ; SILVA, Maria. Liduína. O. **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019.
- LUKÁCS, György. **Conversando com Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Disponível em <http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>. Acesso em: 01 mar. 2019.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionista**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. v. 1.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em: 14/11/2019
Aprovado em: 25/02/2020

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 21 - Número 46 - Ano 2020
revistalinhas@gmail.com